

O FUTURO A DEUS PERTENCE: MAS SCOFIELD ANTECIPOU COMO VAI SER

THE FUTURE BELONGS TO GOD: BUT SCOFIELD ANTICIPATED HOW IT IS GOING TO BE

Breno Martins Campos¹
Caio César Pedron²

Resumo: Este artigo propõe a compreensão do lugar simbólico da Bíblia anotada de Cyrus Ingerson Scofield, de 1909, no movimento fundamentalista original, ocorrido no seio do protestantismo estadunidense no início do século XX; assim como a interpretação de sua influência na divulgação da teologia dispensacionalista e na popularização da escatologia pré-milenarista. As introduções e notas de Scofield em sua Bíblia, ao longo de pouco mais de um século, têm contribuído para fomentar, dentre evangélicos fundamentalistas no mundo todo, a rejeição do tempo presente, em virtude da idealização do passado e da construção segura do futuro, sustentadas pela hermenêutica fundamentalista e literalista dos textos bíblicos.

Palavras-chave: Dispensacionalismo. Milenarismo. Fundamentalismo. Bíblia de Scofield.

Abstract: This article proposes a comprehension of the symbolic dimension of *The Scofield Reference Bible* from 1909 in the original fundamentalist movement that took place within the American Protestantism in the early 20th century. It also discusses the interpretation of *The Scofield Reference Bible* influence on both the propagation of the dispensationalist theology and the popularization of the Premillennialist eschatology. Scofield's Bible introductions and notes during a little longer than one century have been contributing to foster among Christian fundamentalists worldwide the rejection of the present time in virtue of an idealization of the past and an assured build up of the future. Such rejection is itself sustained by a hermeneutical practice based on the fundamentalist and literalist analysis of the biblical texts.

Keywords: Dispensationalism. Milenarism. Fundamentalism. *The Scofield Reference Bible*.

1. Introdução

*Como será o amanhã?
Responda quem puder.
(João Sérgio, "O amanhã")*

A palavra fundamentalismo é uma daquelas que se inserem no campo dos termos polissêmicos e, atualmente, tem sido mais utilizada para designar de forma direta e pejorativa determinadas religiões não cristãs e suas ações violentas. A criação e

¹ Professor-pesquisador no Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião e na Faculdade de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas). E-mail: brenomartinscampos@gmail.com.

² Cientista social formado pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas); foi bolsista de Iniciação Científica (FAPIC-Reitoria/PUC-Campinas). E-mail: caiocp9@hotmail.com.

história do conceito, no entanto, estão relacionadas ao protestantismo conservador nos EUA da passagem do século XIX para o XX, dentro de um movimento de embate contra os liberais e sua perspectiva de construção do reino de Deus na terra pela ação e esforços humanos³. Em resposta ao perigo representado pelo liberalismo, alguns grupos, como os presbiterianos da *Velha Escola* de Princeton, traçaram listas com as doutrinas consideradas essenciais à ortodoxia do protestantismo conservador, com proeminência óbvia para a infalibilidade ou inerrância da Bíblia – uma vez que, de fato, “[...] só pode ser fundamentalista quem erige na centralidade de sua fé o texto de uma Escritura Sagrada divinamente inspirada” (PIERUCCI, 1992, p. 154)⁴.

Com base na defesa da literalidade do texto bíblico, o movimento fundamentalista germinou em resposta aos dilemas trazidos pela modernidade, notadamente aqueles que colocavam ameaças à fé em sua pureza e ao conhecimento teológico em seu caráter imediato, por exemplo, a ciência darwinista e a crítica bíblica. A Bíblia como Palavra de Deus sem falhas ou erros foi o pilar central do movimento fundamentalista, base para os outros pressupostos e ações do movimento original, sem riscos à perfeição de Deus e de sua revelação progressiva – ponto de honra que se revestiu de caráter extremamente vigoroso em forma de uma cruzada em defesa da verdade. Com a deflagração da Primeira Guerra alteraram-se ainda mais os ânimos dos conservadores radicais, pois “[...] muitos encontraram na Grande Guerra a confirmação de suas convicções pré-milenaristas. A matança em tamanha escala só podia significar o começo do fim” (ARMSTRONG, 2001, p. 199-200). O movimento fundamentalista adotou, desde então, uma tendência hegemônica de caráter pré-milenarista (pois nem todo fundamentalista era pré-milenarista)⁵ e foi progressivamente se fechando ao mundo secularizado.

³ Para uma leitura a respeito da cunhagem do termo fundamentalismo no interior do protestantismo estadunidense no início do século XX, bem como acerca da ampliação de seu campo semântico e de sua crise de sentido – ou seja, a passagem de um significado positivo atribuído pelo próprio movimento para outro pejorativo vindo de fora dele –, cf. Hale (2013).

⁴ Embora a discussão não faça parte do escopo deste artigo, importa deixar claro que as polêmicas entre os grupos conservadores e liberais, nos EUA do final do século XIX e início do XX, foram motivos de decisões e dissensões nas grandes igrejas e denominações evangélicas, das quais não escaparam batistas, presbiterianos, metodistas, discípulos de Cristo etc. Para aprofundar o assunto de modo geral, cf. Marsden (1982) e Sandeen (2008); para a leitura de um caso específico (o dos batistas) a respeito da dissensão causada pela controvérsia “liberalismo versus fundamentalismo”, cf. ANDRADE; SILVA, 2013.

⁵ Não foram somente os fundamentalistas que adotaram a Bíblia de Scofield em suas práticas devocionais e de estudo: os pentecostais também o fizeram (no transcorrer do século XX); entretanto, não é demais lembrar que pentecostais e fundamentalistas, nas primeiras décadas do século passado, eram grupos independentes e divergiam em muitos pontos doutrinários e práticos (cf. AMMERMAN, 1994).

Pouco antes da Guerra, em 1909, Cyrus Ingerson Scofield já se destacara no interior do movimento fundamentalista original com o lançamento daquela que veio a ser a Bíblia fundamentalista. Com sua Bíblia de estudos, com abundantes notas e referências, Scofield foi o grande popularizador da escatologia pré-milenarista e do dispensacionalismo, dois dos elementos centrais da concepção fundamentalista e que influenciaram decisivamente a compreensão conservadora de boa parte dos evangélicos no que toca à concepção da história. Dentro de um contexto que Ammerman (1994) batizou acertadamente de *o mundo da palavra impressa*, a Bíblia de Scofield e a coletânea *The Fundamentals* (na qual o nome de Scofield aparece associado à ortodoxia do pensamento teológico evangélico e com a qual ele contribuiu com a publicação de um artigo) podem ser considerados dois dos marcos mais importantes do movimento fundamentalista.

Desde sua experiência de novo nascimento ou conversão, típica do protestantismo que abraçou, Scofield estabeleceu como meta pessoal a elaboração de um método de estudo em que a Bíblia fosse concebida para que todos pudessem compreendê-la por si mesmos. No que tange a uma visão teológica de mundo e história, é bem verdade que John Nelson Darby já havia levado o dispensacionalismo da Inglaterra para a cultura norte-americana. O grande diferencial da Bíblia de Scofield residia na conjunção da escatologia dispensacionalista pré-milenarista com um modelo didático e doutrinário de leitura do texto sagrado e, conseqüentemente, da vida. Para o dispensacionalismo, a história está dividida em eras, as sete dispensações: “[...] da Inocência (Gn 1.28), da Consciência ou Responsabilidade Moral (Gn 3.7), do Governo Humano (Gn 8.15), da Promessa (Gn 12.1), da Lei (Êx 19.1), da Igreja (At 2.1), do Reino (Ap 20.4)” (BÍBLIA, 2009, p. 3).

Como a Primeira Guerra abriu as portas do protestantismo conservador para uma reflexão mais radical acerca dos tempos modernos, “entre 1914 e 1918 realizaram-se três grandes Conferências sobre Profecia e Bíblia, com os participantes vasculhando a *Scofield Reference Bible* à cata de mais 'sinais dos tempos'. Tudo indicava que as previsões estavam se concretizando” (ARMSTRONG, 2001, p. 200, *itálicos originais*). A leitura e o seguimento das anotações de Scofield passaram a ser indispensáveis ao movimento fundamentalista, pois propunham um modo seguro de analisar a história e o futuro da humanidade.

Segundo a teologia das dispensações, a que estava em vigência no momento histórico da primeira geração fundamentalista era a da Igreja, que não alcançou ainda o

tempo de seu cumprimento em definitivo, pois se trata da dispensação imediatamente anterior à volta de Cristo e instauração de seu reino milenar. Ainda de acordo com a mesma perspectiva doutrinária, nos últimos tempos da atual dispensação, o mundo viverá uma crise e a humanidade desviada de sua tarefa histórica decairá nos maiores pecados. O que, de certa forma, não é uma novidade: a crença em um milênio inaugurado a partir da segunda vinda de Cristo não é elemento novo aos olhos cristãos, já os pais fundadores do cristianismo possuíam no cerne de suas convicções algumas crenças de cunho milenarista, que com o passar dos séculos foram se solidificando e constituindo um horizonte de significados simbólicos característicos à escatologia milenarista.

2. Milenarismos cristãos anteriores ao fundamentalismo protestante

O milenarismo sempre esteve presente na história dos movimentos religiosos cristãos; oriundo do judaísmo antigo, sempre apelou à crença num porvir de felicidade e distante das mazelas que possam atormentar o povo de Deus. Para traçar uma linha de desenvolvimento das ideias e movimentos milenaristas que desembocaram no movimento dispensacionalista de Edward Irving e John Nelson Darby, que fizeram a cabeça de Scofield, seguem-se aqui os passos propostos por Jean Delumeau (1997), cujas reflexões se valem de uma fórmula de Raymond Ruyer, *a nostalgia do futuro*, aplicada às utopias, no sentido de espera por um fim de perfeição, que clama como expectativa de um futuro próspero. O que se aplica às utopias – com seus desdobramentos revolucionários e libertários – pode ser usado também para o entendimento dos movimentos milenaristas, que alargam o passado e o futuro como projetos de realização e diminuem o presente em face do poder daquilo que *já foi e ainda vem*.

O milenarismo, espera de um reino deste mundo, reino que seria uma espécie de paraíso terrestre reencontrado, está, por definição mesma, estreitamente ligado à noção de uma idade de ouro desaparecida. Assim ele existiu sobretudo entre os povos e nas religiões que afirmaram a existência de um “mundo auroral e perfeito tal como existia antes que o tempo o corroesse e a história o aviltasse” [Raymond Ruyer]. (DELUMEAU, 1997, p. 17).

Esta genealogia do milenarismo destaca as influências que ao longo da história serviram à determinação do pensamento fundamentalista protestante: da religião

judaica, passando pelo milenarismo cristão e o trinitarismo de Joaquim de Fiore, a chegar, por fim, ao movimento milenarista norte-americano nos séculos XIX e XX. Para Delumeau (1997), a ideia de milenarismo se faz presente em alguns textos do Antigo Testamento que influenciaram de forma determinante a crença cristã: os livros de Amós, Oseias e Zacarias, nos quais é apresentado ao povo de Deus um futuro de felicidade já sem distinção, por exemplo, entre dia e noite. Isaías, por sua vez, sempre foi um dos textos mais citados para despertar a esperança de um milênio cristão:

Porque brotará um rebento do tronco de Jessé [...]. E a justiça será o cinto dos seus lombos [...]. E morará o lobo com o cordeiro, e o leopardo com o cabrito se deitará, e o bezerro, e o filho de leão e o animal cevado *andarão* juntos, e um menino pequeno os guiará. A vaca e a urso pastarão juntas, seus filhos se deitarão *juntos*, e o leão comerá palha como o boi. E brincará a criança de peito sobre a toca da áspide, e a desmamada colocará a sua mão na cova do basilisco. Não se fará mal nem dano algum em todo o meu santo monte, porque a terra se encherá do conhecimento do Senhor, como as águas cobrem o mar (Is 11.1-9; *itálicos originais*).⁶

Mais uma passagem do profeta Isaías, também sugerida por Delumeau (1997), a garantir certo entendimento do conjunto de sua obra:

[...] vem o *dia* em que ajuntarei todas as nações e línguas; e virão e verão a minha glória. [...] Porque, como os novos céus, e a nova terra, que hei de fazer, estarão diante da minha face, diz o Senhor, assim *também* há de estar a vossa posteridade e o vosso nome. E será que desde *uma* lua nova até à outra, e desde *um* sábado até ao outro, virá toda a carne a adorar perante mim, diz o Senhor (Is 66.18-23; *itálicos originais*).

Surgiu da leitura desses textos a esperança num futuro que seria a vitória final do povo de Deus sobre a opressão, vitória a exigir uma espera em fé: “A esperança veterotestamentária de um reino messiânico terrestre, que libertaria o povo eleito de seus perseguidores e asseguraria seu triunfo e sua felicidade” (DELUMEAU, 1997, p. 21). Para Norman Cohn (s.d., p. 19), é no Apocalipse que “[...] os elementos cristãos e judaicos misturam-se para formarem uma profecia escatológica de grande poder poético”. Influenciado pelos textos milenaristas do Antigo Testamento, forja-se de maneira definitiva a duração do reinado de mil anos; na visão do profeta, um anjo desce

⁶ Os versículos citados são sugestão de Delumeau (1997), porém, por uma razão de coerência e coesão com outras seções deste artigo, em vez de se fazer a citação do texto bíblico diretamente extraída do livro do historiador, utilizou-se a versão da *Bíblia de Estudo Scofield* (tradução *Almeida Corrigida Fiel*).

do céu e aprisiona o Dragão por mil anos, e se estabelece o reino de Cristo junto dos mártires ressuscitados.

Com tantas influências, desde cedo na igreja cristã primitiva já se postulava uma constelação de ideais milenaristas; um dos primeiros defensores da crença no milênio e suas consequências foi Santo Irineu, bispo de Lyon, com sua *tipologia milenarista da semana sabática*. Influenciado pela leitura do Pseudo-Barnabé, acreditava que cada dia no texto bíblico fundante representa mil anos em termos escatológicos, ou seja, completados seis mil anos correspondentes aos seis dias de trabalho do Senhor, o sétimo é o dia de descanso, o milênio na terra. “Na opinião de Irineu, é uma parte indispensável da ortodoxia acreditar que estas coisas se hão de passar verdadeiramente sobre a terra para benefício, tanto dos justos mortos, que hão de ressuscitar, como dos justos vivos” (COHN, s.d., p. 21-22). Do outro lado, um dos responsáveis pelo arrefecimento do milenarismo primitivo foi Santo Agostinho, ao postular que o Apocalipse deve ser entendido como alegoria espiritual; nos passos de Orígenes, colocou de lado a ênfase que Irineu havia dado à escatologia milenarista. Para o bispo de Hipona, o milênio “[...] tinha começado na origem do cristianismo e estava plenamente realizado na Igreja” (COHN, s.d., p. 23).

Com um salto na história, chega-se àquele que é o centro da compreensão pretendida nesta seção, o monge Joaquim de Fiore, que viveu no século XIII e cujos escritos influenciaram as gerações posteriores. Fez ele uma leitura da Bíblia que evidencia três grandes etapas do desenvolvimento humano, lineares e progressivas, até o devir tão esperado pelos cristãos: o tempo *anterior ao da graça*, o *da graça* e, finalmente, o *da graça maior*. Noutras palavras, “[...] o tempo da lei natural e mosaica anterior a Cristo; o tempo marcado pela vinda de Jesus ‘sob a letra do Evangelho’; enfim o tempo, doravante próximo, em que triunfará a ‘inteligência espiritual’” (DELUMEAU, 1997, p. 42). Proposta de escatologia trinitária que compreende a *história da salvação* como desenvolvimento progressivo, com encadeamento de etapas até o esperado fim dos tempos – hermenêutica que liga Antigo e Novo Testamentos, e os dois ao Apocalipse de modo ainda mais particular.

A primeira idade era a Idade do Pai ou da Lei; a segunda idade era a Idade do Filho ou do Evangelho; a terceira idade, a Idade do Espírito, seria, relativamente às suas predecessoras, como o esplendor do dia comparado à luz das estrelas e à aurora, ou como pino do Verão comparado ao Inverno e à Primavera. Se a primeira fora uma idade de terror e servidão e a segunda uma idade de fé e de submissão filial, a

terceira seria uma idade de amor, de alegria e de liberdade, em que o conhecimento de Deus seria revelado diretamente nos corações de todos os homens (COHN, s.d., p. 89).

No esquema trinitário e relacional de Joaquim de Fiore, cada uma das idades haveria de ter um começo, um meio e um fim; tudo deveria estar relacionado, pois o desejo do monge calabrês era demonstrar, por meio de suas leituras escatológicas, que o Antigo Testamento, o Novo e as leituras apocalípticas, que indicavam o futuro, estavam intimamente entrelaçados numa história contínua de salvação da humanidade.

Assim, o primeiro tempo começou com Adão, teve seu apogeu a partir de Abraão e chegou ao seu término com Cristo. O segundo iniciou com o Rei Ozias (século VI a.C.), "frutificou" a partir de João Batista e de Jesus, e se aproxima de seu fim. O terceiro foi inaugurado por São Bento, "frutificará" em breve com o retorno de Elias e terminará no juízo final (DELUMEAU, 1997, p. 43).

Joaquim de Fiore também aproximou sua escatologia trinitária da crença no simbolismo da semana sabática, ou das sete idades do mundo, assim, conciliava a crença milenarista às bases de sua visão, aproximando as três eras dos sete dias:

As cinco primeiras foram, pela ordem: da criação, de Noé, de Abraão, do reino de Judá, dos profetas, e do exílio babilônico. A *sexta aetas* [sexta idade] foi inaugurada por João Batista, plenamente estabelecida por Jesus e prossegue durante toda a era cristã. A *septima aetas* [sétima idade] será caracterizada pelo sabá e o repouso (DELUMEAU, 1997, p. 43; *itálicos originais*).

Deve-se salientar que "Joaquim não é um messianista, pois não divisou no horizonte nenhum novo messias. Tampouco é um milenarista em sentido estrito, porquanto jamais profetizou que o reinado do Espírito duraria mil anos" (DELUMEAU, 1997, p. 43); suas contribuições foram dadas na abertura que fez a uma idade que antecederia o fim dos tempos, coisa que havia sido *abolida* por Santo Agostinho – e, assim, trouxe de volta à cena, em sua contemporaneidade, uma concepção escatológica dos primeiros anos do cristianismo.

À América, o milenarismo chegou por iniciativa dos *pais peregrinos*, que já possuíam bem arraigados os valores e crenças do milênio e de que o *novo continente* seria o novo Éden, uma terra afastada do mundo em decadência: espécie de novo Israel com o *deserto como vocação*, nos termos do avivalista Jonathan Edwards

(DELUMEAU, 1997). Um elemento central do movimento que veio a ser chamado de Primeiro Grande Despertar nos EUA foi a vocação para ser a terra da grande renovação da igreja de Cristo.

No século XVIII, o pós-milenarismo ganhou força e a Guerra dos Sete Anos fez com que surgisse um *milénarismo patriótico*, em que se consolidava a fé no papel renovador do novo continente atrelada à liberdade política do norte da América.

Agora sacralizavam a independência americana: a nova república era um feito divino. A batalha revolucionária defendera a causa do céu contra o inferno. Só o antigo Israel experimentara tal intervenção divina em sua história. “Examinem a história de seu país e encontrarão provas não menos maravilhosas de proteção divina [...] que as que o povo de Israel recebeu no Egito”, Timothy Dwight recomendou a seus alunos (ARMSTRONG, 2001, p. 107).

Após 1820, o cristianismo passou a ter um papel de intervenção social e busca de um mundo melhor; desiludidos com a política e crendo na proximidade do fim dos tempos, alguns cristãos passaram a fazer campanhas contra a pobreza e em defesa dos direitos da mulher, e a combater o álcool, tudo isso com o intuito de estabelecimento de controle social; ainda assim, levantavam a defesa do igualitarismo e uma posição firme em prol do abolicionismo, coisa impensada nos estados do sul dos EUA, que não receberam os influxos de liberdade popular típicos do Segundo Grande Despertar. Compreende-se que o desenvolvimento do milénarismo dentro da teologia cristã e sua história no Ocidente foram fundamentais para a apreensão literalista e escatológica que se formou paulatinamente nos EUA; a força igualitarista e a crença na liberdade foram elementos que concatenaram a esperança de um reino no qual se constituiriam mil anos de felicidade.

3. O dispensacionalismo pré-milenarista fundamentalista

O milénarismo cristão trilhou longo caminho até chegar aos EUA (e ao movimento fundamentalista na passagem do século XIX para o XX): desembarcara em solo americano com os pais peregrinos, mas sua marca na história daquele país estava ainda por vir. O evangelho social de cunho liberal e progressista alcançara posição mais aguerrida nos EUA do século XIX; ainda que conservadores e liberais trabalhassem juntos pelo desenvolvimento social, começaram a aparecer fissuras dentro do cenário

protestante, com o desenvolvimento do conservadorismo mais diretivo do Seminário de Princeton.

Na Inglaterra Vitoriana, ressurgiu a crença na escatologia milenarista a sustentar o retorno de Cristo antes da fundação de seu reino de mil anos. O pré-milenarismo, como ficou conhecido, entrava em choque contra as doutrinas otimistas dos pós-milenaristas. O anglo-irlandês Darby foi quem levou tal vertente escatológica aos EUA, onde fez grandes excursões de pregação, entre 1859 e 1877, e disseminou o quanto pôde uma interpretação literalista do texto bíblico e da história da salvação. Para Darby, “[...] os profetas e o autor do livro do Apocalipse não se expressaram por meio de símbolos, mas fizeram predições que logo se revelariam absolutamente exatas” (ARMSTRONG, 2001, p. 164). Entendia ele que o livro sagrado contém uma verdade literal a ser compreendida por todos os homens; para tanto, construiu um modelo de interpretação da história da humanidade condizente com a espera por Cristo e seu reino milenar, o dispensacionalismo. Segundo a cosmovisão darbyista, a transição da sexta dispensação para a última será marcada por um desastre pavoroso com duração exata de sete anos. O Anticristo, falso redentor, enganará o mundo e afligirá a humanidade com guerras e massacres, até a descida de Jesus dos céus para travar a batalha decisiva contra Satanás, na planície do Armagedon, inaugurando a última dispensação – com duração de *mil anos*, seguida do Juízo Final, selo do fim da história (ARMSTRONG, 2001).

Na passagem do século XIX para o XX, houve fatores interligados que, ao se encontrarem com o dispensacionalismo pré-milenarista, contribuíram para a origem do fundamentalismo nos EUA⁷ (mas não somente lá): um conservadorismo mais radical em resposta às heresias do liberalismo teológico, publicações em defesa da verdadeira doutrina da fé, avivamentos e conferências proféticas, que organizavam um grupo de ultraortodoxos dentro das denominações tradicionais. Foi quando também surgiu a Bíblia anotada de Scofield no cenário fundamentalista.

Scofield nasceu em agosto de 1843, em Michigan, nos EUA; lutou pelos Estados Confederados durante a Guerra Civil, tornou-se advogado e chegou ao cargo de

⁷ O que não significa que todo fundamentalista de primeira hora tivesse de firmar o estatuto do pré-milenarismo. A proposição a seguir, de John Gresham Machen (2012, p. 46), em texto original dos anos 20 do século XX, é exemplar quanto ao caso: “Um exemplo de opiniões diferentes que têm alcançado proeminência, nos dias atuais, diz respeito à ordem dos eventos que têm a ver com a volta do Senhor. Um grande número de cristãos acredita que, quando a maldade atingir seu clímax no mundo, o Senhor Jesus voltará a essa terra em presença corporal, para trazer um reino de justiça que durará mil anos, e que somente após esse período o fim do mundo virá. Essa crença, na opinião deste autor, é um erro ocasionado pela falsa interpretação da Palavra de Deus; não acreditamos que as profecias da Bíblia permitam uma esquematização tão definida dos eventos futuros”.

promotor em Kansas. “Todavia, esse período de estabilidade durou pouco, pois Scofield entregou-se ao vício da bebida, arruinando assim sua vida familiar e profissional” (SANTOS, 2000). *Por que não ser um cristão?* – eis a pergunta que Scofield ouvia constantemente de seus amigos. Uma vez convertido, Scofield se uniu à Associação Cristã de Moços no Missouri e criou um laço afetivo com James H. Brooks, por meio de quem travou contato com o pré-milenarismo dispensacionalista. Scofield se tornou pastor e participava ativamente de conferências bíblicas e encontros de avivamentos.

O reverendo congregacional Scofield já possuía vasta experiência no campo da evangelização quando decidiu se dedicar à elaboração de sua obra maior. No início de sua vida como obreiro evangélico, participara da fundação de sociedades cristãs e missões, percebendo a necessidade de um ensinamento bíblico que fosse prático e acessível a todos que desejassem se empenhar no estudo das Escrituras. Criou um curso bíblico por correspondência, utilizando suas anotações pessoais com interpretação das passagens bíblicas, e também elaborou um manual intitulado *Manejando bem a Palavra da Verdade*. De 1903 a 1907, dedicou-se exclusivamente à confecção de sua Bíblia anotada, produto último da vontade consciente de oferecer aos leitores um livro com estrutura editorial e notas de rodapé que auxiliassem no exercício do estudo bíblico. A ênfase das notas é doutrinária, a estrutura da Bíblia de Scofield é baseada na hermenêutica fundamentalista e, ao mesmo tempo, favorece sua reprodução e divulgação. Toda sua forma e conteúdo estão sedimentados na seguinte máxima: “Como a Bíblia é a melhor intérprete de si mesma, sua mensagem em determinado lugar quase sempre se elucida com outros textos nas Escrituras” (BÍBLIA, 2009, p. XI).

Compreender a escatologia presente na Bíblia de Scofield significa atestar seu esforço didático para explicar o dispensacionalismo e o que caracteriza seu *modus operandi*:

Uma dispensação é um período de tempo durante o qual o homem é posto à prova em sua obediência a certa revelação específica da vontade de Deus. Há três importantes conceitos implícitos nesta definição: 1) um *depósito* de revelação divina quanto à vontade de Deus, dando forma ao que ele requer na conduta do homem, 2) a *mordomia* do homem desta revelação divina, na qual é responsável por obedecer a ela, e 3) um *tempo-período*, geralmente chamado de “era”, durante o qual essa revelação divina tem influência dominante nessa prova da obediência do homem a Deus (BÍBLIA, 2009, p. 3; *itálicos originais*).

Uma dispensação passada deixa de ser prova requerida de obediência a Deus; deve ser, no entanto, observada como princípio divino nas demais dispensações. Interessante ressaltar criticamente que o cumprimento ou não da dispensação não altera em nada a realidade final, pois o processo histórico já está dado e os seres humanos pouco ou nada podem fazer para mudar a realidade, cabendo a eles somente se enredar no processo. Assim, as interpretações do texto sagrado acabam por alargar as dimensões do passado e do futuro em detrimento da era presente, que fica reduzida à mera espera de sinais dos tempos.

No livro de Gênesis, iniciou-se a saga da história humana e decorre daí a primeira dispensação, da *Inocência*, que está reportada ao tempo da criação. “Quando foi criado, o homem era inocente, foi colocado em um ambiente perfeito, estava sujeito a uma prova simples e recebeu as advertências sobre as consequências da desobediência” (BÍBLIA, 2009, p. 3). O homem pecou e o mais relevante a salientar na experiência do pecado é que, pela desobediência, “[...] chegou ao conhecimento pessoal e empírico do bem e do mal – do bem como obediência, e do mal como desobediência à vontade conhecida de Deus” (BÍBLIA, 2009, p. 7). Da queda da humanidade, surgiu a necessidade de criar para ela mesma uma consciência moral, teórica e prática, que lhe pudesse advertir de tudo aquilo que é bem e mal. A economia da *Consciência*, segunda dispensação, teve como fundamento colocar o homem diante da tarefa de fazer todo o bem que conhecia, privar-se de todo o mal e responsabilizar-se pela aproximação de Deus.

O terceiro depósito de fé, o do *Governo Humano*, foi a dispensação em que o ser humano se viu frente à prova de sua capacidade para lidar com o próximo. Após o dilúvio, concebido para livrar a terra de toda a maldade humana, Deus ofereceu uma nova era a toda a humanidade por meio da família de Noé:

Nesta nova dispensação, embora a responsabilidade moral direta do homem para com Deus continuasse [...], Deus lhe delegou certas áreas de autoridade divina nas quais o homem devia obedecer a Deus por meio da submissão a outros homens [...]. Portanto, no governo humano, Deus instituiu um relacionamento corporativo de homem para homem (BÍBLIA, 2009, p. 12).

Scofield compreende que anteriormente não havia sido concedido ao homem o direito de tirar a vida de outro homem. A pena capital, portanto, é derivada da mais alta função do governo humano, que é a proteção da vida, pois “[...] o homem não deve

vingar o homicídio individualmente, mas, como grupo corporativo, deve salvaguardar a santidade da vida humana como um dom de Deus, a qual não tem o direito de tirar, exceto quando Deus o permite” (BÍBLIA, 2009, p. 12). A autoridade é sempre concedida por Deus e tem o direito de agir em casos extremos por meio da pena capital.

A quarta dispensação apresentava a *Promessa* como mordomia de fé, a aliança entre Deus e Abraão fez com que a descendência do patriarca fosse tão incontável quanto os grãos de areia no chão; e as bênçãos concedidas por Deus a Abraão são também para toda sua descendência. Scofield propõe, assim, que Israel seja considerada uma nação abençoada por Deus e tratada da melhor maneira possível; além dos judeus descendentes da aliança abraâmica, a outra nação eleita por Deus é a Igreja.

A dispensação da *Lei* ocorreu a partir de quando Deus entregou as tábuas a Moisés no Monte Sinai. Neste ponto, há três elementos importantes do dispensacionalismo que precisam ser compreendidos: o primeiro, a relação que se estabelece entre passado, presente e futuro, na qual os acontecimentos estão subordinados a uma linearidade histórica que leva ao Reino, por meio de Cristo. O segundo trata da lei entendida como corretivo que, mesmo depois da primeira vinda de Cristo, permanece como código de princípios até a instauração da segunda vinda. O terceiro é a valorização das cartas paulinas frente aos evangelhos como elemento-chave da interpretação do mistério bíblico.

A sexta dispensação, da *Igreja*, irrompeu com o Pentecostes, quando Cristo ascende ao céu para que o Espírito Santo descesse naqueles que estavam reunidos. “O critério pelo qual as pessoas são postas à prova nesta dispensação é o Evangelho do nosso Senhor Jesus Cristo, a mensagem das boas-novas sobre sua morte e ressurreição” (BÍBLIA, 2009, p. 994). Scofield expõe ainda que no final dos tempos muita confusão se colocará ante a mensagem de Deus e que muitos deixarão de crer. A leitura milenarista de Scofield compreende toda a simbologia do livro do Apocalipse como uma profecia real dos tempos finais da dispensação da Igreja; entendimento que inclui um final trágico para a história da humanidade. Nos fins dos tempos, o Anticristo virá com suas hostes e enganará a Igreja, tomará o poder mundial e, nesses tempos de tribulação, destruirá toda a ordem global corrompida. A volta de Cristo, como clímax, tem uma relação tripla, assinalada pela interpretação de Scofield:

- a) Para a Igreja, a descida do Senhor nos ares para ressuscitar os crentes que tiverem morrido e para transformar os cristãos vivos é uma constante expectativa e uma esperança [...].
- b) Para Israel, o regresso do Senhor à terra tem como fim cumprir as profecias pendentes quanto ao reajuntamento nacional de Israel, sua conversão e o estabelecimento em paz e poder sob a Aliança Davídica. [...]
- c) Para as nações gentias, o regresso de Cristo tem por fim destruir o atual sistema político mundial [...] e executar o juízo mencionado em Mt 25.31-46, seguido pela conversão mundial dos gentios, que participarão das bênçãos do reino [...] (BÍBLIA, 2009, p. 993).

Percebe-se a ênfase que Scofield dá ao relacionamento processual de Deus com a Igreja, Israel e os gentios, direcionando os três grupos para um fim histórico único. Outro ponto interessante está disposto nesta reflexão: “Seria inconsistente que em uma profecia que cobre o período da Igreja não houvesse tal visão antecipada do futuro” (BÍBLIA, 2009, p. 1163). Scofield defende, portanto, a tese de que a profecia no Apocalipse de João não é datada, mas representa, mesmo que falando do passado, todas as situações que progressivamente serão enfrentadas pela Igreja até seu fim.

A dispensação do Reino vem para completar a história da humanidade, trata-se da segunda vinda gloriosa de Jesus e dos acontecimentos que virão a decretar o fim dos tempos e estabelecer o reino milenar. É o fechamento do tempo:

A Dispensação do Reino reúne em si mesma, sob o governo de Cristo, os vários "tempos" mencionados nas Escrituras: 1) O tempo de opressão e mau governo termina quando Cristo estabelece seu reino (Is 11. 3,4). 2) O tempo de testemunho e de paciência divina termina em juízo (Mt 25.31-46; At 17.30,31; Ap 20.7-15). 3) O tempo de trabalho termina em descanso e recompensa (2Ts 1.6,7). 4) O tempo de sofrimento termina em glória (Rm 8.17,18). 5) O tempo de cegueira e do castigo de Israel termina em restauração e conversão (Ez 39.25-29; Rm 11.25-27). 6) O tempo dos gentios termina com a destruição da imagem e com o estabelecimento do Reino dos céus (Dn 2.34,35; Ap 19.15-21). 7) O tempo de escravidão da criação termina em libertação na manifestação dos filhos de Deus (Gn 3.17; Is 11.6-8; Rm 8.19-21) (BÍBLIA, 2009, p. 1180).

O teor literalista do texto de Scofield é abrangente e todas as suas anotações estão calcadas numa leitura do texto bíblico que busca verdades nas quais ele fundamenta sua análise racional do conteúdo bíblico. Na introdução ao Pentateuco, por exemplo, pode-se perceber o debate entre a hermenêutica de Scofield e as demais interpretações da Bíblia:

Alguns teólogos, rejeitando a veracidade dos acontecimentos registrados nos primeiros capítulos do Gênesis, mas, ao mesmo tempo, reconhecendo seu valor religioso, chamam de "mitos" tais narrativas, como as do Éden e da queda, querendo dizer com "mito" não apenas uma lenda, mas, antes, uma história "supra-histórica" que transmite ensinamento espiritual de significado permanente. Contudo, a historicidade do registro do Gênesis está tão relacionada à autoridade de Cristo, que não pode ser colocada numa categoria mítica sem impugnar a perfeição do seu conhecimento (BÍBLIA, 2009, p. 1).

De modo nenhum o fundamentalismo poderia aceitar ou dialogar com aquelas teologias nascidas na Europa que faziam uma interpretação da Bíblia utilizando as ciências biológicas, história comparada, filosofia, psicologia e outros saberes. Tudo isso ia de encontro a um elemento básico do fundamentalismo, o de que só pode haver uma leitura para cada texto – o que fica claro na opinião de Scofield:

Algumas tradições sobre a criação e o dilúvio teriam sido inevitavelmente transmitidas aos antigos povos da raça humana. Tais tradições, como todas as tradições, assumem aspectos incongruentes e mitológicos e abundam nos registros da Babilônia. Faz-se necessário, portanto, que a primeira tarefa da inspiração seja a de suplantar as tradições geralmente absurdas e infantis com uma revelação da verdadeira história, e tal história encontramos nas palavras de grandeza incomparável e numa ordem que, devidamente entendidas, são absolutamente científicas (BÍBLIA, 2009, p. 1).

Scofield defende a interpretação literal do texto para negar a possível relação entre outras religiões que possuem histórias semelhantes às contadas na Bíblia. Ainda assim, fundamentalistas não são anticientíficos e muito menos anti-intelectualistas: “Quando polemizam contra algumas teorias científicas (como a teoria da evolução), os fundamentalistas o fazem *em nome da ciência*” (VOLF, p. 132, 1992/3; itálicos originais). Fundamentalistas são, na verdade, literalistas do Gênesis ao Apocalipse e vice-versa.

4. Considerações finais

Durante todo o século XX, a Bíblia de Scofield com suas notas e demais elementos paratextuais conduziu individual e coletivamente consciências e comportamentos no interior do movimento dispensacionalista pré-milenarista (justamente por ser uma de suas leituras fundamentais). Quanto ao fundamentalismo, ela não somente foi uma das produções impressas que trouxeram à luz o movimento,

mas, também, tornou-se a versão da Bíblia (que é diferente de tradução) mais utilizada pelos fundamentalistas. Assentada que estava na lógica de resposta à modernidade secularizada, a Bíblia de Scofield foi e é digna representante da busca da verdade em seu fundamento único, do literalismo escriturístico e da crença em um devir escatológico, dentro de uma teologia específica da história. Coube a Scofield, portanto, o *destino* de oferecer ao mundo esse modelo de construção hermenêutica em sua melhor orquestração. Mais do que apresentar precisamente quem eram e onde estavam os fundamentalistas, a intenção deste artigo foi a de situar a Bíblia de Scofield numa certa genealogia do milenarismo, quer dizer, o que houve antes dele e o que ele ajudou a manter e construir pela publicação de suas ideias milenaristas.

À luz das observações de Delumeau (1997), compreende-se que o milenarismo se desenvolveu em diversas frentes e deve ser entendido como uma pluralidade e não de forma unívoca. Compreende-se, portanto, que o dispensacionalismo pré-milenarista não deve ser tomado como último produto ou resultado final da história dos milenarismos, mas como desdobramento de diversos movimentos históricos e teológicos ocorridos anteriormente no cristianismo. O fundamentalismo se apropriou da escatologia milenarista e a reinterpreto dentro de um quadro dispensacionalista que elimina as descontinuidades históricas e não aceita a moderna hermenêutica do texto bíblico.

O plano da Bíblia pode ser comparado a um mosaico. Cada palavra, capítulo e livro forma componentes necessários e, no entanto, incompletos em si mesmos. Nunca podem ser considerados isoladamente, assim como um mosaico só pode ter sentido com um todo unificado. Para beneficiar-se com a Bíblia, o leitor deve poder trabalhar tanto com as partes individuais como com os temas e propósitos gerais (BÍBLIA, 2009, p. VII).

Com seus textos introdutórios, esboços às margens dos escritos, coluna central com passagens que corroboram determinada interpretação presente nas notas e as notas de rodapé propriamente ditas, a metodologia empregada por Scofield direciona o leitor para uma contemplação do plano da Bíblia como mosaico. Os recursos editoriais servem a uma doutrina teológica dentro da qual o presente é reduzido à contingência e as dimensões do passado e do futuro são colocadas como significantes.

Toda compreensão da Bíblia e de seus livros está atrelada à perspectiva teológica defendida pelos fundamentalistas dispensacionalistas, aquela que proíbe qualquer tentativa de interpretação distinta de sua leitura, tanto a do conteúdo específico

de cada livro como a da totalidade da obra. O dispensacionalismo passa, então, a ser o elemento que norteia a leitura da Bíblia, instrumentalizado pela obra de Scofield. Como não há uma igreja fundamentalista mundial, nem mesmo uma denominação instituída pelos seguidores de Scofield, pode-se concluir que uma das forças do dispensacionalismo pré-milenarista é a de não estar localizado ou restrito a nada ou a ninguém. Trata-se de uma *metadenominação* evangélica, pois está presente em muitas igrejas e denominações evangélicas, senão em todas, a reunir mentalidades e comportamentos concordes com seu ideário – todos à cata de sinais do fim do mundo. Fora desse universo, é difícil imaginar que a teologia scofieldiana tenha tido alguma penetração ou sucesso.

Referências

- AMMERMAN, N. T. North American Protestant Fundamentalism. MARTY, M. E.; APPLEBY, R. S. *Fundamentalisms observed*. Chicago: The University of Chicago Press, 1994. p. 1-65.
- ANDRADE, R. S.; SILVA, I. D. Opção liberal ou opção fundamentalista? O criacionismo na controvérsia modernista-fundamentalista nos Estados Unidos. *Sacrilegens*, v.10, n. 1, p. 62-82, jan.-jun. 2013. Disponível em: <http://www.ufjf.br/sacrilegens/files/2014/01/10-1-6.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2016.
- ARMSTRONG, K. *Em nome de Deus: o fundamentalismo no judaísmo, no cristianismo e no islamismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- BÍBLIA de Estudo Scofield*. São Paulo: Holy Bible, 2009.
- COHN, N. R. C. *Na senda do Milênio: milenaristas revolucionários e anarquistas místicos da Idade Média*. Lisboa: Editorial Presença, s.d.
- DELUMEAU, J. *Mil anos de felicidade: uma história do paraíso*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- HALE, F. "Fundamentalism" and "fundamentalist" semantically considered their lexical origins, early polysemy, and pejoration. *In die Skriflig/In Luce Verbi*, v. 47, n. 1, p. 1-8, 2013. Disponível em: <http://www.indieskriflig.org.za/index.php/skriflig/article/viewFile/672/2375>. Acesso em: 12 ago. 2015.
- MACHEN, J. G. *Cristianismo e liberalismo*. São Paulo: Shedd Publicações, 2012.
- MARSDEN, G. M. *Fundamentalism and American Culture: the Shaping of Twentieth-Century Evangelicalism: 1870-1925*. Oxford; New York: Oxford University Press, 1982.
- PIERUCCI, A. F. Fundamentalismo e integristismo: os nomes e a coisa. *Revista USP*, São Paulo, n. 13, p. 144-156, mar.-mai. 1992. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25620>. Acesso em: 4 jan. 2014.
- SANDEEN, E. R. *The Roots of Fundamentalism: British and American Millenarianism, 1800-1930*. Chicago: The University of Chicago Press, 2008.
- SANTOS, V. R. As anotações da *Bíblia de Scofield* sob uma ótica reformada. *Fides Reformata*, São Paulo, v. 5, n. 1, 2000. Disponível em: http://www.mackenzie.br/fileadmin/Mantenedora/CPAJ/revista/VOLUME_V_2000_1/Valdeci.pdf. Acesso em: 17 abr. 2015.

VOLF, M. O desafio do fundamentalismo protestante. *Concilium*, v. 241, p. 125-137, 1992/3.